



A INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDO NA ESCOLA REGULAR E O ENSINO APRENDIZAGEM NA ESCOLA PÚBLICA DE ITABERABA¹

Ariosvaldo Novais Santiago²

Luciana Biapo de Souza da Silva³

RESUMO: Este estudo tem como finalidade pesquisar como ocorre o processo de inclusão dos indivíduos surdos no ensino fundamental na rede pública municipal de Itaberaba, no estado da Bahia. A condução do estudo foi embasada na problemática aqui formulada e teve cunho qualitativo com estudo de caso. Neste sentido, foram ouvidos através de uma entrevista semi estruturada dois interpretes e quatro professores de três escolas do município, os resultados dão conta de que as professoras admitem que muitos surdos não estão inseridos no processo educacional questionam inclusive que a pouca preparação da família e a falta de ação governamental são fatores determinantes do processo de exclusão dos surdos na rede pública de ensino. São também poucas as estratégias para acolhimento, permanência e aprendizagem dos surdos incluídos utilizam o mesmo processo de avaliação destinado aos alunos ouvintes e afirmam que a deficiência auditiva em muito interfere no processo de aprendizagem. concluímos, portanto, que o sistema de educação pública municipal deve reestruturar-se de acordo com a legislação em vigor com fins de melhor acolher tanto os indivíduos surdos, promover a formação dos professores dirigentes e servidores da escola para um melhor processo de acolhida da população como um todo.

Palavras-chave:

Educação Inclusiva, Educação de Surdos, Exclusão Social, Escola inclusiva

INTRIDUÇÃO

A política nacional de educação especial inicia ancorada pela lei 5692/71 nos coloca ao lado de todos os avanços promovidos mundialmente em termos de educação especial. O Brasil sofreu forte influência dos países americanos e europeus, que serviram de apoio para a busca da educação inclusiva aqui desenvolvida. Em 1974 com a criação do Centro Nacional de Educação Especial do MEC foi modificado o nome *educação de excepcionais* para *educação especial*.

A evolução da educação inclusiva no Brasil pode ser comprovada através dos dados do *Censo Escolar/INEP* onde consta o aumento do número de crianças portadoras de necessidades

¹ O presente trabalho é um recorte do projeto: A educação de portadores de necessidades educacionais especiais numa perspectiva educacional inclusiva: realidades e desafios na educação básica do município de Itaberaba – Bahia., do curso de Pedagogia do Departamento de Educação Campus XIII.

² Doutor em Educação, Professor Assistente do Departamento de Educação Campus XIII Universidade do Estado da Bahia, Coordenador Pedagógico do Programa Universidade Para Todos Polo de Itaberaba asantiago@uneb.br

³ Pedagoga, Técnica Administrativa do Departamento de Educação Campus XIII Universidade do Estado da Bahia, Gestora de Polo do Programa Universidade Para Todos Polo de Itaberaba – BA lbispo@uneb.br



especiais matriculadas na rede de ensino regular.

A lei 9394/96 garante o atendimento especializado gratuito a criança portadora de necessidades especiais-PNE. A declaração de Salamanca, 1994 esclarece dúvidas e expõe experiências na área da educação especial, orientando aos professores interessados e informando os direitos e deveres tanto do alunado quanto dos pais, escola e governo, deixando claro que a escola tem a obrigação de acolher todas as crianças independentemente de raça, cor ou nível social.

Apesar de ainda estarmos em um processo de adaptação com relação à educação especial e inclusiva, é importante ressaltar que esta veio para acrescentar a rede educacional de ensino, e suas mudanças poderão ter grandes benefícios, uma vez que estas crianças passam a participar ativamente da sociedade da qual fazem parte, conseqüentemente desta convivência, surgirá a diminuição do preconceito. (SANTIAGO, 2019), (ROSA, 2007, p. 11).

Esta proposta educacional é formulada numa perspectiva histórica e sociológica baseada num movimento que transformou uma sociedade de traços inclusivos em uma sociedade excludente. Resultado de uma sociedade moderna, individualista, competitiva, consumista e narcisista (LAPLANE, 2006), (KASSAR, 1999).

Sabemos também de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados no ensino regular, cuja inclusão ocorre somente de forma física ou estatística (CARVALHO, 2004).

Os alunos com necessidades educacionais especiais por muito tempo, sempre foram discriminados por conta de suas condições de deficientes. Sasaki (1997) considera que esses indivíduos foram vítimas de um processo de exclusão social e que essa exclusão ocorria de forma total, em que esses indivíduos eram excluídos da sociedade para

qualquer atividade, porque antigamente aqueles que possuíam alguma deficiência eram considerados inválidos, sem utilidade para a vida em sociedade e incapazes para trabalhar.

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) está completando 20 anos e sua promulgação representou um marco na história do direito à Educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, sobretudo as portadoras de deficiência. No Brasil, a inclusão escolar é política oficial garantida pela legislação (BRASIL, 1996), e a Educação Inclusiva estão sendo desenvolvidas em todo o país. (MACHADO et al, 2006).

A pseudoinclusão educacional de alunos que não se adequam ao modelo de “normalidade” tem camuflado práticas excludentes que pressupõem um processo de normalização do deficiente para a sua integração num sistema de ensino que não foi preparado para recebê-lo. Embora os termos “inclusão” e “integração” sejam utilizados



de forma equivocada como sinônimos nos diferentes espaços que se autodenominam inclusivos, na realidade, são conceitos distintos, como apontam (GLAT E DUQUE 2003):

Tecnicamente, integração e inclusão são duas propostas educacionais distintas. Na primeira, os alunos com necessidades especiais (geralmente oriundos do ensino especial) são integrados em classes regulares ou na sala regular na medida em que demonstrem condições para acompanhar a turma, recebendo atendimento paralelo na sala de recursos. Na segunda, esses alunos, independente do tipo ou grau de comprometimento, devem ser incluídos diretamente no ensino regular, cabendo à escola se adaptar para atender às suas necessidades na própria classe regular. (p. 70).

A história da Educação Especial tem se constituído na história da nossa sociedade com um desenvolvimento contraditório. Sua evolução é marcada por um comprometimento nas parcerias de atendimento entre os setores público e privado, não havendo previsão direta de atendimento a pessoas com deficiências severas pelo serviço público, principalmente no setor educacional (KASSAR, 1999). Nesse mesmo sentido,

Historicamente, a educação especial se constitui como um sistema paralelo de ensino e se responsabilizou pelo atendimento da população com deficiência atendendo a dois interesses contraditórios: o de oferecer escolaridade a crianças com deficiência, ao mesmo tempo em que serve de instrumento básico para sua segregação (MELETTI, 2009).

Nessa mesma perspectiva, ainda, Bueno (1999) refere que o ensino regular tem excluído considerável parcela de sua população, sob a justificativa de que esta não reúne condições para usufruir do processo escolar, porque apresenta problemas pessoais, familiares ou carências culturais.

No município de Itaberaba na Bahia, ocorreu uma inquietação por parte de educadores e familiares e alunos para um olhar mais sensível para com a problemática dos portadores de necessidades especiais, sobretudo na saúde e na educação. Na educação, foco do nosso estudo, observou-se que isoladamente e por não dispormos de unidades escolares e centros especializados de atendimento a portadores de necessidades educacionais especiais, estes alunos eram matriculados nas escolas e classes convencionais e os professores trabalhavam a classe como um todo e quando necessário, dispensavam cuidados especiais para estes alunos sem diferencia-los dos demais. Atenção mais especial, foi dada a alunos surdos por haver uma barreira comunicacional entre professores e estes alunos, surgindo então por parte de mães de alunos surdos e de entidades religiosas um empenho maior na direção de aprofundarem-se nos estudos de LIBRAS dando um melhor acompanhamento mesmo àqueles que não estavam inseridos no processo educacional. Esta ação popular e de algumas escolas da rede pública e privada, sensibilizou o poder público e a sociedade em geral para que estes profissionais fossem



lotados na Escola municipal Novo mundo que passou a ser unidade de referência. Em 10 de Agosto de 2009, considerando a necessidade de regularizar a situação da Educação Especial neste município e a Resolução N° 004/2009 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Resolução N° 002/2009 do Conselho Municipal de Educação, esta ação foi regulamentada pelo Decreto municipal N° 201 que “Dispõe sobre a criação do Centro de Apoio Pedagógico em Educação Especial-CEAPE, da Rede Municipal de Ensino”. Na mesma direção, em 08 de julho de 2010, foi sancionada a Lei N° 1190 que:

“Dispõe sobre a oficialização no âmbito desse Município, da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, e dá outras providências que no seu parágrafo segundo dispõe que “O poder público Municipal, visando a inclusão social, educacional e cultural deverá dar o devido apoio ao uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, como meio de comunicação objetiva para utilização das pessoas portadoras de surdez neste município” e no seu parágrafo único que enfatiza que “A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, não poderá substituir a modalidade escrita da língua Portuguesa”. No parágrafo terceiro estabelece que: A Administração Pública Direta ou indireta do Município deverá assegurar a aplicação da Língua Brasileira de Sinais-Libras, nas repartições públicas, estabelecimentos de ensino, hospitais e assistência jurídica, pelos profissionais intérpretes da expressão gestual codificada. No seu Parágrafo primeiro assegura que o município deverá manter profissionais aptos ao atendimento das pessoas portadoras de surdez, nas repartições públicas em geral. E que (Parágrafo segundo) A capacitação dos profissionais e dos servidores municipais para os usuários desta lei será comprovada através de Certificado de Curso de Formação em LIBRAS, expedido por qualquer entidades habilitadas em formação de Língua Brasileira de Sinais, (ITABERABA, 2010).

O Artigo quarto dispõe que “O cargo de professor de Língua de Sinais deverá atender a legislação vigente, preservando a cultura surda na constituição linguística” e no Artigo quinto assegura que “O intérprete de Língua de Sinais é profissional que efetua a comunicação entre surdos e ouvintes que não compartilham da mesma língua, com o propósito de dar acesso às pessoas surdas à mesma informação e participação social”.

METODOLOGIA

Com objetivo de contribuir com as discussões referentes inclusão de indivíduos surdos no processo educacional no município de Itaberaba frente aos debates sobre o a legislação e prática do processo de inclusão educacional dos surdos, buscou-se estabelecer uma metodologia melhor adequada para o presente estudo, foi feita uma análise prévia dos objetivos, o que permitiu optar por uma estratégia de coleta e análise de dados que efetivamente pudessem trazer respostas às questões previamente elaboradas.

Foi utilizada a abordagem qualitativa com estudo de caso envolvendo observação participante e análise de conteúdo, para investigar a problemática envolvida no processo de inclusão e permanência do aluno surdo no ensino regular, a estruturação da escola e formação continuada de

professores. A opção pela metodologia qualitativa se deve ao fato que nas pesquisas educacionais é comum a não qualificação direta dos fenômenos observáveis a exemplo da potencialidade pedagógica das ferramentas que analisamos, cujo contexto de interpretação é produzido pela construção analítica das pesquisadoras. (GAMBOA, 2012).

Segundo Polit et al (2004) a investigação científica qualitativa permite compreender a totalidade do fenômeno, mais do que focalizar conceitos específicos enquanto analisa as informações narradas de forma organizada, mas intuitiva. O emprego do estudo de caso se explica por termos como foco uma escola e a pretensão foi de acompanhar o desenrolar do processo e as relações envolvidas foi possível investigar um fenômeno contemporâneo em seu contexto real, (ALMEIDA & FREIRE, 2010: 26) (TRIVIÑOS, 2007), (GIL, 2009), (YIN, 2015), Foram ouvidos através de uma entrevista semi estruturada dois interpretes e quatro professores de três escolas do município e após o recebimento foram realizadas as análises das respostas assim obtidas. Afonso (2005: 70), considera que este processo de recolha de dados centra-se na natureza do objeto, estudando o que é particular, específico e único.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Alguns quesitos foram formulados com objetivo de compreender como o processo de inclusão dos alunos surdos bem como o processo ensino aprendizagem tem ocorrido no município de Itaberaba.

Quanto ao quesito Você acredita que todos os surdos em idade escolar estão na escola? Os professores e a interprete In2 foram unânimes ao responderem apenas não, negando assim que todos os surdos encontravam-se inseridos no processo educacional.

Quanto a interprete In2 melhor esclareceu ao responder;

Não, porque é sabido que todas as deficiências perpassaram por longos e dolorosos períodos históricos dentro da sociedade os quais se inicia pela culturade extermínio, passando pelo assistencialismo, segregação, integração e agora a tão esperada inclusão, por conta dessas concepções outrora questionável, penso que esta prática discriminatória e preconceituosa ainda muito viva em nossa sociedade é um dos fatores que inibem muitos surdos a irem a procura do seu desenvolvimento educacional. Portanto acredito que existam muitos surdos que não tiveram e não terão acesso à educação In2.

Questionou-se: Caso negativo quais motivos você acredita impedir que este processo ocorra?.

O professor P1 afirmou se tratar de Ignorância dos pais ou responsáveis e falta de oportunidade como ocorre com alunos da zona rural. P2 associa a exclusão à Falta de

conhecimento dos pais ou responsáveis. P3 e P4 não responderam. A interprete In1 atribui a ausência dos surdos na escola além do desconhecimento dos pais e responsáveis a outros fatores que também impedem o seu acesso à educação que é a falta de compromisso e responsabilidade por parte do governo, sociedade civil e família. Já a interprete In2 atribui o baixo número de alunos surdos na escola ao desconhecimento por parte dos pais e do próprio surdo dos seus direitos e a falta de políticas públicas vigentes que garantam a inclusão e permanência de todos na escola.

Quando questionadas sobre que estratégia você utiliza para viabilizar o processo ensino/aprendizagem?

Os professores se pronunciaram com a mesma posição enfatizando que estuda com auxílio de um monitor interprete. Já a interprete In2 afirmou que inicialmente foi feita uma avaliação (diagnóstico) para constatar os saberes e dificuldades dos alunos, depois foi feito um estudo desta avaliação, bem como as características dos alunos, visando compreender como o mesmo aprende (o caminho mais acessível para a aprendizagem), logo após é feito o planejamento individual e se possível em grupo, para atender as especificidades caso não consiga contemplar o aluno, modifico a estratégia.

Contudo, sempre no final de um atendimento, deve-se observar se houve êxito ou não, bem como usar anotações sobre o desempenho do aluno durante o mesmo.

Quais fatores você qualificaria como dificultadores do processo ensino /aprendizagem?

Os professores informaram ter dificuldades por não conhecerem os alunos como deveriam, pois não dominam a língua de sinais, portanto a comunicação fica dificultada. Já a interprete In1 por sua vez afirma que os fatores que atualmente comprometem o processo de ensino aprendizagem estão basicamente ligados à acessibilidade metodológica, comunicacional, instrumental, arquitetônica, atitudinal e tecnológica. A partir do momento que estas dificuldades forem diminuídas através de investimentos e divisões de responsabilidades esta realidade modificará. A interprete In2, atribui como dificultador a falta de currículo adaptado, ausência de metodologias que contemplem o aluno surdo, percepção e aceitação da LIBRAS como língua natural do surdo e a língua portuguesa como a segunda (proposta bilíngue), falta de domínio da estrutura da LIBRAS pelo surdo.

As respostas obtidas para estas duas questões nos esclarece que ocorre grande distâncias entre o que é estabelecido pelas políticas públicas e o que é observado nas escolas.

No Brasil, a política de educação inclusiva se sustenta em um conjunto de documentos legais e normativos a fim de assegurar a efetivação de uma escola para todo conforme

estabelece o capítulo V, Artigo 58 da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN (Lei n. 9.394/96), que define a educação especial como modalidade escolar para “educandos portadores de necessidades educacionais especiais”.

Conforme os aspectos legais, fica entendido que o direito de todos à educação é uma meta a ser perseguida, entretanto a análise da inclusão deve ser cautelosa, pois, embora a ideia de escola para todos pareça ser concretizada com a abertura de suas portas para receber os excluídos, atendendo supostamente aos ideais progressistas, a escola mantém suas mesmas e precárias condições oferecidas ao que já estavam aparentemente incluídos (SOUZA E GOES 1999).

Quais os processos de avaliação você utiliza com os alunos surdos?

P1. Os mesmos processos utilizados com os ouvintes: seminários, trabalhos em grupo, pesquisas, avaliação prática, escrita (na escrita cuidamos muito dos conectivos).

P2. Diversos (seminários, trabalhos em grupo, pesquisa de campo, elaboração de cartazes).

P3 e P4. Utilizo o mesmo processo de avaliação para todos independente de serem surdos ou não.

In1. Como trabalho com atendimento educacional especializado, não utilizo instrumentos avaliativos pontuais para avaliá-los e sim instrumentos avaliativos como: anotações, observações e relatórios para possíveis e necessárias intervenções.

In2. Costumo utilizar alguns instrumentos avaliativos como: atividade escrita, observações, anotações diárias sobre o desempenho do aluno, etc.

Se você percebe que o surdo não aprende ou pouco aprende, que encaminhamento você adota?

P1. Revisão detalhada com mais ajuda possível inclusive deles mesmos. P2. Revisão detalhada dos conteúdos com ajuda deles.

P3. Utilizo o interprete para fazer com que ele aprenda. P4. Peço auxílio ao interprete.

In1. Dentro da minha proposta educacional procuro sempre tomar medidas de intervenção que possibilite o crescimento intelectual do aluno, contudo se depois de esgotar as alternativas não obtiver sucesso, encaminho a situação para estudo de caso, ou outro atendimento que o educando demonstre necessitar.

In2. Mudo a metodologia, as estratégias utilizadas, procuro perceber como este aluno aprende, para depois utilizar outra metodologia.

O processo de avaliação dos alunos surdos apresenta algumas dificuldades ocasionadas pela sua forma geralmente incorreta de escrever na língua portuguesa. Quando o processo de avaliação é o mesmo para surdos e ouvintes, estas diferenças deverão ser ponderadas.

Bueno (1999), afirma que para superar as discussões em torno dos problemas de escolarização dos surdos o processo educacional especialmente a avaliação não podem se restringir ao uso desta ou daquela língua, ou da abordagem educacional a ser adotada. É necessário considerar as questões que envolvem a surdez e o multiculturalismo, na cultura surda. Assim sendo, a avaliação da prática pedagógica, no ensino da criança surda requer o

empenho de todos aqueles envolvidos no processo da educação escolar (dirigentes de ensino, diretores, coordenadores professores, familiares, auxiliares administrativo, etc.).

O mais indicado é a adaptação do processo avaliativo, em que valoriza-se o sentido e não a forma da escrita do surdo, pois este apresenta uma escrita incorreta aos padrões ortográficos, sintáticos e semânticos, como constatado pelas pesquisas na área da linguística e educação, BERNARDINO (2000), FERNANDES (2003), GÓES (1999), SILVA (2000), CAPOVILLA e SUTTON (2001). Comparar os resultados dos alunos com aqueles propostos em determinado plano não é suficiente. Para realizar uma boa avaliação, é necessário definir, em primeiro lugar, os objetivos em termos comportamentais e determinar, além disso, em que situação seria possível observá-los. Só poderia ser avaliado o que fosse observável, ou através de provas ou por meio de algum outro tipo de instrumento de medida, Para a autora, a avaliação, numa perspectiva formativa, deveria subsidiar o professor de modo que pudesse intervir no processo educativo. (SOUZA 1998.p. 162),.

A deficiência auditiva interfere no processo ensino/aprendizagem das crianças?

Para todos os professores, o problema é que eles não são preparados para trabalhar com alunos surdos e que quando o processo é desenvolvido por profissionais qualificados o fato de o aluno ser surdo não tem muita interferência no processo ensino/aprendizagem e que sente até mais interesse neles do que nos alunos ouvintes.

As professoras intérpretes por sua vez afirmam: “a surdez não interfere no processo ensino/aprendizagem, pois na prática é cientificamente confirmado que a surdez não compromete as funções cognitivas da pessoa”, pois o único fator que interfere nesse processo é a falta de comunicação, quando esta ocorre, o processo de aprendizagem acontece normalmente.

A visão em relação ao surdo tem se modificado ao longo dos tempos. Atualmente convive-se com a visão de que o indivíduo surdo é um sujeito com grandes potencialidades e segundo Skliar:

“(...) potencialidade como direito à aquisição e desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua; potencialidade de identificação das crianças surdas com seus pares e com os adultos surdos; potencialidades de desenvolvimento de estruturas e funções cognitivas visuais; potencialidades para uma vida comunitária e de desenvolvimento de processos culturais específicos (...) (SKLIAR, 1998a, p.26)”.

No caso em estudo, verifica-se que não são disponibilizados apoios tecnológicos na sala de aula regular, entretanto, a presença das intérpretes tem demonstrado que o repasse do conteúdo trabalhado pelo professor e a interação do aluno com o professor com a classe fica assegurada não ocorrendo maiores prejuízos quanto à comunicação. Esta condição está de



acordo com o que discute VOLTERRA, (1994), FAMULARO (1999) e FREIRE (2009 p. 30).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na última década a educação inclusiva tem ocupado muitas páginas nos artigos de nossos pesquisadores. Muitos estudos têm referendado o tema e são muitos os resultados e sugestões que contemplam nossa literatura, paralelo a nossos resultados as políticas públicas disponíveis tanto no âmbito federal quanto estadual e municipal entretanto, as práticas observadas são divergentes da produção científica tanto quanto das políticas públicas. Ressalte-se que o ensino público municipal de Itaberaba tem uma dedicação significativa ao processo de inclusão estudantil, entretanto carece de atenção para que a sociedade também se torne inclusiva em todos os aspectos.

De acordo com Strobel (2015) ocorrem dificuldades para que a sociedade aceite e compreenda a cultura surda e o não compartilhar a língua de sinais entre alunos e professores o processo de inclusão tem sérios problema tanto para o desenvolvimento dos alunos surdos quanto para os demais alunos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC) determina que:

Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue – Língua Portuguesa/Libras – desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola (BRASIL, 2008, p.16).

Os surdos não têm libras como a língua materna, entretanto o desenvolvimento cognitivo do surdo será mais eficiente com uma língua que possibilite a sua inserção na comunidade linguística portanto é necessário que o surdo desde o início do desenvolvimento cognitivo aprenda a língua de sinais, (MORÁS, 2018).

A chegada dos alunos surdos, entretanto lança um grande desafio, as dificuldades que aparentemente estão previstas, se revelam e ganham corpo no cenário que se inicia.

A demora da formação continuada dos professores, treinamento de diretores coordenadores e servidores técnicos administrativos acarretam uma série de dificuldades na execução das ações afirmativas e da integração. Os alunos são inseridos na comunidade escolar tendo dificuldades de se adaptarem a este novo contexto.



Faltava acessibilidade educacional, metodológica e institucional. De acordo com as políticas públicas em vigor, todas estas acessibilidades deveriam existir tanto na comunidade (porque a inclusão é ampla e para todos) quanto na unidade escolar principalmente a acessibilidade humana na forma do olhar, no jeito de pensar e interagir com os deficientes, não permitindo as ações discriminatórias e preconceituosas. Esta sensibilização e ação tem que ocorrer no ambiente escolar e ser propagada para a sociedade o que pode favorecer na melhoria do comportamento da sociedade como um todo.

Rosa (2007) afirma que a proposta de educação inclusiva surgiu com o intuito de dar aos alunos deficientes a mesma oportunidade que é dada a qualquer outro aluno considerado como “normal”, favorecendo assim, a igualdade de direitos, reduzindo a exclusão social e viabilizando a construção da cidadania. Já Santiago (2011) afirma que a dificuldade de se estabelecer a eficácia da Educação Inclusiva ocorre em virtude do despreparo da comunidade escolar em acolher e educar nas diferenças, de qualquer natureza.

Pelo observado, a escola estudada não é adaptada para o processo de educação e permanência dos alunos surdos, observa-se um processo onde são muitas as dificuldades, porém, os esforços dedicados ao processo de inclusão dos mesmos disponibilizando ações políticas e acadêmicas adaptadas para cada situação problema, sinalizam para um processo futuro mais efetivo. Em Itaberaba, a educação inclusiva ainda está longe de atingir a plenitude, mas percebe-se um caminhar em direção aos objetivos desejados.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, N. *Investigação Naturalista em Educação. Um guia prático e crítico*. Porto: Edições Asa, (2005).

ALMEIDA, L.; FREIRE, T. *Metodologia da investigação em psicologia e educação*. 5.ed. Braga: Psiquilíbrios, 2010

BERNARDINO, E. L. *Absurdo ou lógica? A produção linguística do surdo*. Belo Horizonte. Editora Profetizando Vida, 2000.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: MEC, dez. 1996.

_____, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão O Acesso de alunos com Deficiência às escolas e classes comuns da rede regular, Brasília, setembro de 2004.

_____, Ministério da educação. Política Nacional de educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, Secretaria de Educação Especial, 2008.



BUENO, J. G. S. A educação inclusiva e as novas exigências para a formação de professores: algumas considerações. In: BICUDO, M.A.V. & SILVA JÚNIOR, C.A. (org.). Formação do educador e avaliação educacional: formação inicial e continuada. v. 2. São Paulo: UNESP, 1999. p. 149-164 (Seminário e debates).

CAPOVILLA, F. C. & SUTTON, Valérie. Como ler e escrever os sinais da Libras: a escrita visual direta de sinais *Sign Writing*. In: CAPOVILLA, F.C; RAFHAEL, W. P. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. Vol 2- São Paulo, SP: Edusp, Fapesp, Fundação Vitae, Feneis, Brasil Telecom, 2001 p. 55-126.

CARVALHO, R. E. *Educação Inclusiva com os pingos nos is*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FAMULARO, R.- *Intervención del intérprete de lengua de señas/ lengua oral em el contrato pedagógico de la integracion*, In SKLIAR, C (org.).- Atualidade da Educação Bilingue para Surdos, *Porto Alegre: Ed. Mediação, 1999*.

FERNANDES, E. Linguagem e surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam. 50. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4^a- ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GLAT, R., DUQUE, M. A. T. Convivendo com filhos especiais: o olhar paterno. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 2003.

GÓES, M. C. R. de. Linguagem, Surdez e Educação. Campinas, SP: AutoresAssociados, 1999.

ITABERABA, Lei nº 1190, Diapõe sobre a oficialização, no âmbito deste município, da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. E dá outras providências. Gabinete do Prefeito, 08 de Julho de 2010.

KASSAR, M. de C. M. Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos. São Paulo: Autores Associados, 1999.

LAPLANE A. Uma análise das condições para a Implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra, *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 689-715, out. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> acesso em 25 de maio 2022

MACHADO, K., FONTES, R., ASSUPÇÃO, V. de, GLAT, R. Cotidiano Escolar: Desafios Didáticos e Pedagógicos Noprocesso de Inclusão Educacional. Anais eletrônicos do XIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Universidade Federal de Pernambuco/Recife-PE. Abril de 2006

MELETTI, S. M. F. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino no município de Londrina. In: 32^a Reunião Anual da ANPED: Sociedade, cultura e educação: novas regulações?, 2009. p. 01-12.



MORÁS, N. A. B. A altura da escola inclusiva na perspectiva dos alunos surdos, Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN) Ciências, Linguagens, Tecnologias e Cultura, Fóz do Iguaçu, 2018.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização. 5. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

ROSA, M. P. Dos direitos humanos à teoria geral contemporânea dos direitos fundamentais: uma questão de cidadania. In: GORCZEVSKI, C. (ORG.). Direitos Humanos, Educação e Cidadania. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. Pesquisa em Educação: Métodos e Epistemologias. 2ª. Ed. Chapecó: Argos, 2012.

SANTIAGO, A. N. Pobreza, Exclusão Social e Educação Inclusiva: A Inclusão do Aluno Surdo no Ensino Regular na Perspectiva da Educação Inclusiva da Rede Municipal de Ensino do Município de Itaberaba Bahia, Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Del Mar. Viña del Mar-Chile, 2011, 277.

SANTIAGO, A. N., EDUCAÇÃO INCLUSIVA: a inclusão do aluno surdo no ensino regular da rede municipal de ensino de Itaberaba Bahia, (2019)

SASSAKI, R. K.. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro:WVA, 1997.

SILVA, T. T. Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico. Belo Horizonte:Autêntica, 2000.

SOUZA, R.M. e GÓES, M.C.R. O ensino de surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. In: C. SKLIAR (Org.): *Atualidades da educação bilíngue para surdos*. V.1, Porto Alegre: Mediação, 1999, p. 163-188.

SKLIAR, C. A surdez: Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Dimensão, 1998. p.11.

STROBEL, Karin Lilian. As imagens do outro sobre a cultura surda. 3. ed. rev.-Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

TRIVIÑOS, A. S. A dialética materialista e a prática social. *Movimento*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 121–142, 2007. DOI: 10.22456/1982-8918.2899

UNESCO–Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na área das necessidades educativas especiais 1994. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 07/09/2022.

VOLTERRA, V.- Linguaggio e sordità – parole e segni per l' educazione dei sordi. Firenze: La Nuova Itália, 1994.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman. 2015.